

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	15
---------------------------	----

## *Capítulo I*

<b>Atividade contratual da Administração e políticas públicas constitucionais</b> .....	23
1 Introdução: os novos paradigmas da gestão pública.....	23
2 O conceito de políticas públicas e suas fontes.....	26
3 As políticas públicas constitucionais.....	28
4 A política pública inscrita no art. 37, XXI, da CR/88.....	29
5 O dever de licitar como política pública.....	31
6 Contribuição da Lei nº 8.666/93 à implementação de políticas públicas.....	32
6.1 Preservação do meio ambiente.....	32
6.2 Política fundiária.....	33
6.3 Licitação dispensável e políticas públicas setoriais.....	34
6.3.1 Preservação do patrimônio histórico.....	35
6.3.2 Geração de emprego e inclusão social.....	35
6.3.3 Reequipamento das forças militares e de defesa nacional.....	36
6.3.4 Participação em força de paz internacional.....	36
6.3.5 Apoio ao deficiente físico.....	37
6.3.6 Ciência e tecnologia.....	37
6.4 Proteção ao trabalho do menor.....	38
6.5 Incentivo à produção de bens e serviços de informática.....	38
7 Políticas públicas estimuladas em normas extravagantes de licitação.....	41
7.1 Tratamento favorecido a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.....	41
7.2 Gestão de florestas.....	42
8 Políticas públicas e participação da sociedade.....	42
9 Peroração.....	44

## *Capítulo II*

<b>As licitações e contratações públicas no cenário da governança eletrônica</b> .....	47
1 Introdução.....	47
2 O conceito de governança.....	49
3 O fenômeno da globalização.....	50
4 Políticas públicas de inclusão digital e de aperfeiçoamento da função administrativa estatal.....	53
5 Os desafios da governança eletrônica.....	55
6 Linhas de ação da governança eletrônica.....	56
7 Efetivação da governança eletrônica.....	58
8 A governança eletrônica nas licitações e contratações da Administração Pública.....	60

9	Dever de transparência e direito à participação do cidadão .....	63
10	Profissionalização da gestão do Estado e governança eletrônica – A experiência de Bologna .....	64
11	Conclusão .....	66

### Capítulo III

<b>O tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte nas contratações públicas, segundo as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados .....</b>			<b>69</b>
1	Introdução .....	69	
2	O conceito jurídico indeterminado e a cláusula geral como técnicas de elaboração da norma jurídica.....	71	
2.1	O conceito jurídico indeterminado.....	72	
2.2	A cláusula geral.....	74	
3	As normas do Decreto nº 6.204/07 sob a perspectiva das cláusulas gerais e dos conceitos jurídicos indeterminados .....	76	
3.1	Desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional .....	76	
3.2	Ampliação da eficiência de políticas públicas.....	80	
3.3	Incentivo à inovação tecnológica .....	81	
3.4	Condições para ampliar a participação das pequenas e microempresas nas licitações.....	83	
3.5	Balço patrimonial .....	86	
3.6	O aperfeiçoamento da regularidade fiscal.....	88	
3.7	Devido processo legal e regime recursal.....	91	
3.8	Devido processo legal no pregão .....	93	
3.9	Critério de desempate .....	93	
3.10	Limites e vedação de licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas.....	96	
3.11	A exigência de subcontratação .....	100	
3.12	Reserva de cotas .....	105	
3.13	Impedimentos à licitação exclusiva para pequenas empresas, à exigência de subcontratação e à reserva de cotas .....	107	
3.14	A vinculação do tratamento diferenciado ao instrumento convocatório .....	110	
3.15	A declaração de ser microempresa ou empresa de pequeno porte.....	115	
4	Conclusão .....	118	

### Capítulo IV

<b>As sociedades cooperativas e o tratamento privilegiado concedido às microempresas e empresas de pequeno porte.....</b>			<b>121</b>
1	Introdução .....	121	
2	Duplicidade de tratamento diferenciado?.....	123	
3	Tratamento diferenciado e princípio da igualdade .....	125	
4	Regularização de situação fiscal em presença de restrições .....	130	
5	O empate ficto.....	133	
6	O tratamento privilegiado estendido às cooperativas.....	134	
6.1	Terceirização das atividades acessórias.....	135	
6.2	Perfil jurídico das cooperativas .....	137	
6.3	As cooperativas nas licitações para a contratação de serviços .....	138	
6.4	Jurisprudência dominante .....	139	
7	Conclusão .....	142	

**Obras e serviços de engenharia: o que importa à eficiência e à eficácia de sua contratação, qualquer que seja a modalidade licitatória** .....

1	Contextualização do tema .....	145
2	O início do ciclo reformador .....	148
3	A proposta do Projeto de Lei nº 7.709/07 compõe-se com a jurisprudência e a prática administrativa dominantes, inclusive quanto à inversão das fases, facultada por leis estaduais .....	153
4	Contratando obras e serviços de engenharia, diretamente ou qualquer que seja a modalidade de licitação adotada .....	156
5	Distinção entre obras e serviços de engenharia .....	156
6	Formas de execução de obras e de prestação de serviços de engenharia na Administração Pública .....	159
7	Regimes de execução indireta .....	160
8	Parcelamento da execução .....	161
9	Planejamento e parcelamento .....	164
10	Fracionamento de despesas .....	165
11	Estudo preliminar/anteprojeto, projeto básico e projeto executivo .....	166
11.1	Estudo preliminar .....	166
11.2	Anteprojeto .....	167
11.3	Projeto básico .....	168
11.4	Características do projeto básico, segundo a Lei nº 8.666/93, na interpretação do TCU .....	170
11.5	Informações essenciais no projeto básico .....	171
11.5.1	De acordo com o Tribunal de Contas da União .....	172
11.5.2	De acordo com o CONFEA .....	173
11.5.3	De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .....	174
11.5.4	De acordo com o Decreto nº 92.100/85 .....	175
11.5.5	Elementos relacionados à Lei nº 8.666/93 .....	175
11.5.6	Elementos complementares .....	175
11.6	O projeto básico é o parâmetro principal da fiscalização da execução do contrato .....	177
11.7	Aprovação do projeto básico .....	177
11.8	Licença ambiental .....	178
12	Subcontratação .....	179
12.1	A subcontratação na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007 .....	180
13	Projeto executivo .....	181
14	Peculiaridades do projeto básico e do projeto executivo .....	184
14.1	Requisitos adicionais .....	184
14.2	Autoria .....	184
14.3	Impedimento legal do autor de projeto básico ou executivo .....	185
14.4	Licitação ou contratação direta com vistas à elaboração de projeto básico e/ou executivo .....	185
15	Anotação de Responsabilidade Técnica – ART .....	186
16	Cronograma físico-financeiro .....	188
17	Vistoria prévia no local onde será executada a obra ou prestado o serviço .....	190
18	Estimativa de custos nas licitações para obras e serviços de engenharia .....	191
19	Orçamento de obras públicas e BDI (Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas) .....	194
19.1	Despesas indiretas .....	195



19.2	IRPJ e CSLL.....	196
19.3	Lucro .....	197
19.4	BDI segundo o Sinduscon-São Paulo .....	197
19.4.1	Fórmula para cálculo do BDI.....	205
19.5	Base de cálculo do ISS .....	205
19.6	Varição percentual do BDI.....	206
19.7	Composição do BDI na proposta orçamentária.....	206
20	Pesquisa de preços de mercado.....	208
20.1	Fontes de pesquisa de preços.....	212
20.2	Elementos básicos da pesquisa de preços.....	213
20.3	A avaliação do custo da obra e da prestação de serviços.....	213
20.4	Deliberações do TCU acerca da pesquisa de preços .....	214
20.5	Publicidade da pesquisa de preços.....	216
21	Jogo de planilhas.....	217
22	Critérios de aceitabilidade dos preços propostos .....	220
22.1	Crítério da compatibilidade entre preços unitários e globais ofertados pelos licitantes e os preços unitários e globais estimados pela Administração .....	221
22.2	Crítério de aceitabilidade com base na fixação de preços máximos .....	222
22.3	Inexequibilidade do valor proposto.....	224
22.4	Apresentação de novas propostas .....	226
22.5	Aplicação da regra do art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93 na modalidade do pregão, no formato presencial .....	227
22.6	Aplicação da regra do art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93 na modalidade do pregão, no formato eletrônico.....	228
23	Recomposição de preços .....	229
23.1	Reajuste.....	229
23.2	Compensação financeira .....	231
23.3	Revisão.....	231
24	Repactuação de preços .....	233
25	Vigência contratual e exercício financeiro .....	233
26	Celebração de aditivo ao contrato .....	234
26.1	Requisitos à celebração de aditivo ao contrato .....	235
26.2	Duas mitigações da regra geral.....	236
27	Alterações contratuais unilaterais.....	236
28	Fiscalização da execução do contrato .....	238
29	Peroração.....	241

## Capítulo VI

### O devido processo legal da contratação direta: das normas gerais

<b>às regras da cotação eletrônica e do cartão corporativo .....</b>		<b>243</b>
1	Introdução .....	245
2	Princípios cardais.....	247
3	Dispensa e inexigibilidade de licitação .....	249
4	Diretrizes para a formalização e instrução dos processos de contratação direta.....	250
4.1	O processo administrativo de contratação direta, com base no art. 17, nos incisos III e seguintes do art. 24, e no art. 25 da Lei nº 8.666/93.....	251
4.1.1	Processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado.....	252
4.1.1.1	Gestão documental e proteção a documentos e arquivos.....	253
4.1.1.2	Autuação .....	254
4.1.1.3	Protocolização .....	255
4.1.1.4	Numeração.....	255

4.1.1.5	Páginas numeradas, assinatura, firma ou rubrica .....	256
4.1.2	Documento da Administração contendo a solicitação da alienação, da compra, do serviço ou da obra.....	257
4.1.3	Justificativa da necessidade da contratação direta .....	258
4.1.3.1	Justificativa das situações de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, com os elementos necessários à sua configuração .....	259
4.1.3.2	Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, segundo o art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.....	260
4.1.3.2.1	Prorrogação de prazo nos contratos emergenciais .....	261
4.1.3.2.2	Dever de motivar .....	263
4.1.3.2.3	Observância das formalidades e tipificação penal .....	264
4.1.4	Elaboração de projetos básico e executivo .....	265
4.1.4.1	Obrigatoriedade do projeto básico .....	265
4.1.4.2	Informações essenciais no projeto básico .....	268
4.1.4.3	Amostras ou protótipos .....	270
4.1.4.4	Indicação de marca .....	271
4.1.4.5	Exclusão de marcas .....	272
4.1.4.6	Padronização .....	273
4.1.4.7	Vedação imposta ao autor do projeto básico ou executivo.....	274
4.1.4.8	Aprovação do projeto básico .....	275
4.1.4.9	Projeto executivo .....	276
4.1.5	Pesquisa de preços praticados no mercado .....	278
4.1.5.1	Preço de mercado.....	280
4.1.5.2	A pesquisa de preços e o controle das despesas públicas .....	281
4.1.5.3	Contratação segundo o valor estimado para o objeto .....	281
4.1.5.4	Pesquisa de preços nas inexigibilidades .....	282
4.1.5.5	Recomendações do TCU sobre pesquisa de preços .....	282
4.1.6	Previsão de recursos para a cobertura da despesa .....	284
4.1.7	Juntada das propostas de preços coletadas e indicação de outros preços obtidos de fontes diversas, se houver, elaborando-se mapa comparativo .....	286
4.1.8	Justificativa do preço .....	287
4.1.8.1	Fator preço.....	288
4.1.8.2	Contratação mais vantajosa .....	288
4.1.9	Declaração de exclusividade, no caso de inexigibilidade .....	289
4.1.10	Razões da escolha do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem .....	291
4.1.11	Comprovação da regularidade fiscal, juntada da declaração prevista pela Lei nº 9.854/99 e inexistência de impedimento para contratar.....	292
4.1.11.1	Regularidade fiscal e quitação.....	294
4.1.11.2	Comprovação da regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.....	296
4.1.11.3	Comprovação da regularidade fiscal exigida para efeito de contratação, durante a vigência do prazo contratual .....	297
4.1.11.4	Declaração da Lei nº 9.854/99 (proteção ao trabalho de menores) .....	298
4.1.11.5	Impedimento de contratar com o poder público.....	299
4.1.11.5.1	Dos impedimentos e seus efeitos .....	303
4.1.11.6	Entidade empresarial regularmente constituída .....	303
4.1.11.7	Comprovação da qualificação técnica da futura contratada .....	304
4.1.12	Pareceres técnicos ou jurídicos .....	305
4.1.12.1	Parecer jurídico.....	305
4.1.12.2	Parecer jurídico e aprovação de minutas de instrumento contratual .....	305
4.1.12.3	Competência para a emissão de parecer jurídico .....	306
4.1.13	Autorização da autoridade competente.....	307



4.1.14	Comunicação à autoridade superior do ato administrativo que autoriza a dispensa ou declara a inexigibilidade de licitação, visando à ratificação e à publicação na imprensa oficial .....	308
4.1.14.1	Ato de autorização proferido pela autoridade da mais alta hierarquia do órgão/entidade .....	310
4.1.14.2	Publicidade do ato que autoriza a contratação direta .....	310
4.1.14.3	Publicidade do resumo do contrato.....	312
4.1.15	Termo de contrato ou instrumento contratual equivalente .....	312
4.1.15.1	A importância de estabelecerem-se previamente as especificações do objeto e as condições de sua execução .....	315
4.1.15.2	Prazo de vigência contratual .....	316
4.1.15.3	Data para assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente ....	318
4.1.16	Inclusão de outros documentos relativos à contratação direta.....	318
4.2	A instrução simplificada do processo administrativo de dispensa de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93.....	320
4.2.1	Considerações introdutórias.....	320
4.2.2	Formalização do processo de contratação direta com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 .....	321
4.2.2.1	Processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado.....	321
4.2.2.2	Documento contendo a solicitação do material, serviço ou obra .....	321
4.2.2.3	Elaboração de projeto básico e executivo simplificado, no que couber.....	322
4.2.2.4	Pesquisa de preços praticados no mercado .....	322
4.2.2.5	Previsão de recursos para a cobertura da despesa .....	322
4.2.2.6	Juntada das propostas de preços e elaboração do mapa comparativo .....	323
4.2.2.7	Justificativa do preço .....	323
4.2.2.8	Razões da escolha do executante da obra, do prestador do serviço, ou do fornecedor do bem.....	323
4.2.2.9	Comprovação da regularidade fiscal, declaração da Lei nº 9.854/99, e comprovação de inexistência de impedimento para contratar.....	323
4.2.2.10	Autorização da autoridade competente.....	323
4.2.2.11	Termo de contrato ou instrumento contratual equivalente .....	323
4.2.2.12	Inclusão de outros documentos relativos à contratação direta.....	324
4.2.3	Instrução processual simplificada (desnecessidade de justificativa, de ratificação pela autoridade superior, de publicação e de parecer técnico e/ou jurídico).....	324
4.2.4	Hipóteses de dispensa do art. 24, incisos III e seguintes, e situações de inexigibilidade do art. 25 da Lei nº 8.666/93, cuja contratação pode efetivar-se, em termos, nos moldes dos incisos I e II do art. 24.....	324
5	Sistema de cotação eletrônica .....	326
5.1	Perfil do sistema .....	327
5.2	Credenciamento.....	328
5.3	Art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 .....	328
5.4	A instrução do processo de contratação direta, pelo sistema de cotação eletrônica..	328
5.4.1	Processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado.....	328
5.4.2	Documento contendo a solicitação do material ou do serviço .....	328
5.4.3	Pesquisa de preços praticados no mercado .....	329
5.4.4	Previsão de recursos para a cobertura da despesa .....	329
5.4.5	Pedido de cotação eletrônica de preços.....	329
5.4.6	Autorização pela autoridade competente.....	329
5.4.7	Relatório de classificação dos fornecedores participantes da cotação .....	330
5.4.8	Razões da escolha do prestador do serviço ou do fornecedor do bem e justificativa do preço .....	330

5.4.9	Comprovação de regularidade fiscal, da declaração da Lei nº 9.854/99 e de inexistência de impedimento para contratar.....	331
5.4.10	Despacho de adjudicação e homologação.....	331
5.4.11	Cópia da nota de empenho emitida.....	332
5.4.12	Cópia da nota fiscal e/ou fatura contendo a formalização do recebimento do objeto.....	333
5.4.13	Pagamento.....	333
5.4.14	Inclusão de outros documentos relativos à contratação direta.....	333
6	Pagamento de despesas por meio de suprimento de fundos e utilização de cartão de pagamento do governo federal (cartão corporativo).....	333
6.1	Suprimento de fundos.....	334
6.2	Normas regentes do suprimento de fundos.....	334
6.3	Concessão de suprimento de fundos.....	337
6.4	Limites para concessão de suprimento de fundos.....	338
6.4.1	Limites alterados quando o pagamento efetiva-se por meio do cartão de pagamento.....	338
6.4.2	Limite de despesa de pequeno vulto.....	338
6.4.3	Limites alterados quando da utilização dos cartões de pagamento.....	338
6.5	Vedações.....	339
6.6	O uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.....	339
6.7	Utilização de recursos públicos e princípio da probidade.....	340
6.8	Uso indevido e penalidades.....	341
6.9	Transparência pública e controle social.....	341

## Capítulo VII

### **A licitação no formato eletrônico e o compromisso com a eficiência**

<b>no Projeto de Lei nº 7.709, de 2007.....</b>	<b>343</b>	
1	Introdução.....	343
2	Formato eletrônico.....	346
3	Relação do formato eletrônico com os princípios específicos do procedimento licitatório.....	347
3.1	Economicidade.....	347
3.2	Competitividade.....	348
3.3	Celeridade.....	349
3.4	Simplificação de exigências.....	350
3.5	Transparência.....	350
4	Relação do formato eletrônico com o princípio constitucional da eficiência.....	351
5	Pontos polêmicos.....	352
6	Conclusão.....	355
ANEXO	Projeto de Lei nº 7.709-A de 2007.....	358

## Capítulo VIII

### **Roteiro anotado de procedimentos licitatórios mediante pregão (presencial e eletrônico) e para a formação de sistema de registro de preços.....**

<b>363</b>		
PARTE I	Licitatar mediante pregão.....	364
1	Devido processo legal.....	364
1.1	Introdução.....	364
1.2	Fases interna e externa.....	365



1.3	Normas que disciplinam a fase interna.....	366
1.3.1	Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado.....	366
1.3.1.1	Processo administrativo obrigatório .....	367
1.3.1.2	Gestão documental e proteção a documentos e arquivos.....	367
1.3.1.3	Autuação.....	368
1.3.1.4	Protocolo.....	369
1.3.1.5	Numeração.....	369
1.3.1.6	Páginas numeradas, assinatura, firma ou rubrica .....	369
1.3.2	Solicitação do objeto .....	370
1.3.3	Justificativa/motivação da contratação .....	371
1.3.4	Autorização para a instauração da licitação .....	373
1.3.4.1	Justificativa para não utilização do pregão, na forma eletrônica.....	374
1.3.5	Elaboração do termo de referência.....	374
1.3.5.1	Conteúdo básico do termo de referência .....	377
1.3.5.1.1	Proibição de especificações que limitem ou frustrem o caráter competitivo do certame.....	378
1.3.5.1.2	O enquadramento do bem ou do serviço como “comum”.....	378
1.3.5.1.3	Definição de unidades e quantidades .....	379
1.3.5.1.4	Relação entre necessidade da contratação e quantidade do objeto.....	379
1.3.5.1.5	Licitação por itens.....	380
1.3.5.1.6	Demonstrativo de resultados a serem alcançados .....	381
1.3.5.1.7	Vistoria .....	382
1.3.5.1.8	Custos da prestação do serviço, com a respectiva metodologia .....	382
1.3.5.1.9	Critérios de aceitação das propostas.....	383
1.3.5.1.9.1	Compatibilidade com o preço estimado.....	383
1.3.5.1.9.2	Fixação de preços máximos.....	383
1.3.5.1.10	Prazo para início e conclusão do objeto, periodicidade da prestação dos serviços ou prazo de entrega dos bens .....	385
1.3.5.1.11	Critério de aceitação do objeto e prazo para substituições .....	385
1.3.5.1.12	Fixação de prazos para os recebimentos provisório e definitivo .....	386
1.3.5.1.13	Prazo de validade ou de garantia .....	386
1.3.5.1.14	Obrigações de contratado e contratante.....	387
1.3.5.1.15	Procedimentos de fiscalização, atestação e gerenciamento do contrato .....	388
1.3.5.1.16	Local de entrega dos bens ou da prestação dos serviços .....	389
1.3.5.1.17	Prazo para assinatura do termo de contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente.....	389
1.3.5.1.18	Sanções .....	389
1.3.5.1.18.1	Inserção das sanções no edital ou em seus anexos.....	391
1.3.5.1.19	Fornecimento de peças ou materiais.....	391
1.3.5.1.20	Condições relacionadas à subcontratação.....	392
1.3.5.1.21	Reserva de cota para empresas de pequeno porte, microempresas e cooperativas.....	393
1.3.5.1.22	Transição contratual .....	394
1.3.5.1.23	Direitos da contratante segundo a IN nº 02, de 30.04.2008, do MPOG.....	394
1.3.5.1.24	Critério de mensuração dos serviços .....	394
1.3.5.1.25	Fusão, cisão e incorporação do licitante/contratado .....	396
1.3.5.2	Amostras ou protótipos .....	396
1.3.5.3	Indicação de marca .....	398
1.3.5.4	Exclusão de marca.....	400
1.3.5.5	Padronização .....	400
1.3.6	Pesquisa de preços praticados pelo mercado/orçamento .....	401



1.3.6.1	Publicidade da pesquisa de preços/orçamento .....	406
1.3.7	Aprovação motivada do termo de referência .....	407
1.3.8	Indicação dos recursos orçamentários.....	408
1.3.9	Designação do pregoeiro e da equipe de apoio.....	410
1.3.10	Elaboração do edital.....	412
1.3.11	Anexos do edital.....	413
1.3.11.1	Termo de referência .....	413
1.3.11.2	Planilha de composição de custos.....	413
1.3.11.3	Modelo de declaração (vedação à contratação de menor).....	419
1.3.11.4	Mínuta de termo de contrato.....	420
1.3.12	Análise pela assessoria jurídica .....	423
1.3.12.1	Análise jurídica e minuta padrão .....	423
1.3.12.2	Discordância do parecer jurídico.....	426
1.4	Publicação do edital .....	427
2	Modelos de editais e seus anexos.....	428
2.1	Edital pregão eletrônico (compra).....	428
2.1.1	Termo de contrato (compra) – Anexo.....	440
2.2	Edital pregão eletrônico (prestação de serviços) .....	445
2.2.1	Termo de contrato (prestação de serviços).....	458
2.3	Edital pregão presencial – Compra – Habilitação simplificada (cadastramento no SICAF) .....	466
2.3.1	Anexos .....	479
2.3.1.1	Declarações.....	479
2.3.1.2	Propostas .....	481
2.4	Edital pregão presencial – Prestação de serviços (habilitação parcial no SICAF).....	482
3	Licitações para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas .....	498
3.1	Edital pregão eletrônico – Compra – Art. 6º do Decreto nº 6.204/07 (contratação exclusiva de ME, EPP e cooperativa) .....	499
PARTE II – Licitar para a formação de sistema de registro de preços .....		510
1	Devido processo legal.....	510
1.1	Escolha entre concorrência ou pregão (presencial e eletrônico) .....	511
1.2	A instauração da licitação independe da indicação de recursos orçamentários .....	511
1.3	As contratações efetivar-se-ão na medida das necessidades .....	512
1.4	Fixação da quantidade total estimada, por item, e dos quantitativos mínimos e máximos para cada aquisição .....	513
1.5	Critérios de aceitabilidade de preço .....	513
1.6	Participação de empresas de pequeno porte e microempresários .....	514
1.7	Registro de vários fornecedores para atingir o total estimado.....	515
1.8	Fracionamento indevido de despesas .....	516
1.9	Redução do número de licitações.....	517
1.10	Redução do volume de estoques.....	518
1.11	Beneficiamento de órgão ou entidade da Administração Pública que não participou do certame .....	518
1.12	Deliberação do TCU acerca da prática do “carona”.....	519
1.13	Reanálise pela assessoria jurídica .....	520
1.14	Impedimento de contratar.....	521
1.15	Comprovação da regularidade fiscal .....	521
1.16	Garantia do preço e reajuste .....	522
1.17	Revisão do preço registrado diante de redução do praticado no mercado .....	523
1.18	Publicação do aviso.....	523

1.19	Competência para a aplicação de penalidades .....	524
1.20	Intenção de Registro de Preços – IRP .....	524
2	Modelos .....	525
2.1	Edital pregão eletrônico – Sistema de registro de preços (compra).....	525
2.2	Ata de registro de preços (compra) .....	537
3	Procedimentos .....	543
3.1	Pregão eletrônico.....	543
3.2	Pregão presencial .....	549
4	Notas explicativas.....	552
<b>Referências</b> .....		597
<b>Índice</b> .....		599